

INTRODUÇÃO

Este volume I da obra *África Negra, história e civilizações* cobre o período menos conhecido da história africana e um dos mais difíceis de abordar.

África pré-colonial? África tradicional? Apesar da força considerável dos hábitos e das falsas evidências do senso comum, temos de nos decidir de maneira definitiva a deixar de concentrar estes longos séculos sob o epíteto aparentemente cômodo, mas inteiramente anacrônico e errado, de “pré-coloniais”. Registra-se, com efeito, pelo menos um erro de perspectiva, quando não um preconceito prenhe de implicações intelectuais, mas também políticas, quando se pretende dar um sentido à evolução muito longa e inacabada de um continente e partir do último século da sua história: o século colonial. Semelhante miopia não se explica apenas pelo fato deste século ser o mais próximo de nós. Deriva também do fato de muitos continuarem a aí encontrar a legitimidade das suas posições atuais. Ora, o mínimo que se pode exigir do historiador é que se abstraia, até onde for possível, das pressões afetivas e sociais do tempo presente. De resto, todas as características que as duas lendas da colonização – a lenda negra e a lenda dourada – lhe atribuem são encontradas com uma intensidade variável, conforme as regiões e as épocas, no período abusivamente designado como “pré-colonial”: abertura aos mundos exteriores; hegemonismos externos e internos; polarizações sociais; pauperização, dependência e desigualdade dos ritmos de crescimento econômico e das formas de desenvolvimento social; alienação, aculturação ou afirmação de personalidades próprias...

A noção de “civilizações tradicionais”, mesmo que dispondo de um crédito maior, não é em nada mais adequada do que o conceito de “África pré-colonial”. Começa-se hoje a ver que a “invenção da tradição” (E. Hobsbawm e T. Ranger), fenômeno que não é exclusivamente africano, foi o resultado de um processo complexo para o qual concorreram as obras clássicas da etnologia, as

elites políticas e intelectuais africanas e a maior parte das próprias sociedades africanas. O conceito de “civilizações tradicionais”, cuja elaboração, produção e significações constituem um dos objetos da história, não poderia por isso tornar-se, de maneira alguma, um instrumento teórico nas mãos do historiador. Com efeito, não permite ele que se encerre a África Negra numa espécie de opacidade cultural e num imobilismo do qual, para seu bem ou para seu mal, conforme as opiniões, só teria saído sob o efeito dos recursos ou das pressões exteriores? Ver-se-á neste livro que, longe de estar recheado apenas com as continuidades, este tempo longo do passado africano foi talvez, em primeiro lugar, o das invenções contínuas, sob a forma de uma incessante bricolagem, de laboriosas adaptações ou de rupturas radicais.

Exercício obrigatório do ofício de historiador trabalhando sobre África, a procura de uma etiqueta que seria indispensável a todo custo impor sobre períodos previamente determinados pelos especialistas, constitui, sem a menor dúvida, um exercício vão e estéril. Basta dizer aqui por que razão e em que sentido se retiveram os séculos VII e XVIII. A escolha do *terminus a quo* (começo) depende essencialmente de considerações historiográficas. O século VII – que deve ser considerado naturalmente uma data alargada – é o momento em que, saindo dos “séculos obscuros” (Raymond Mauny), a África se presta, enfim, a todas as exigências do historiador. Para antes desta época, este é obrigado a colaborar, na maior parte das vezes em situação minoritária, com outros saberes – arqueologia, pré-história, paleontologia, biologia, genética, lingüística... – cujas interrogações e contribuições constantemente renovadas aparecem dotadas de uma fecundidade insubstituível. Mais ou menos a partir do século VII, o historiador dispõe de um poder soberano sobre um domínio cujos limites alarga constantemente e que é capaz, se for necessário, de partilhar com as outras disciplinas. Sabe-se que a produção do saber histórico deste período só foi possível graças a consideráveis inovações metodológicas, tais como a revalorização e a exploração das fontes orais, e teóricas, como a formulação de perguntas constantemente renovadas ao passado africano. Quanto ao *terminus ad quem* (o final), parece-me que ele se afirma vantajosamente nos finais do século XVIII ou nos princípios do século XIX, de preferência ao fim do século XIX, no momento da intrusão colonial, como se pensa habitualmente. Foi, com efeito, na virada dos séculos XVIII e XIX que, sem negar a importância das rupturas ulteriores, se assistiu claramente à afirmação das dinâmicas e fortes tendências, estudadas no volume II, que iriam prolongar-se sob a colonização e algumas vezes até a nossa época.

Continuidade, adaptações, rupturas: é na combinação destes processos que se exprime, na África como alhures, o movimento da história. A particularidade relativa da África reside na natureza dos objetos que melhor dão conta destes processos. Ora, estes objetos revelam-se cada vez mais numerosos e cada vez mais diversos. É necessário reler hoje os grandes

clássicos deste último meio século para medir o caminho percorrido e para nos darmos conta a que ponto, e com que rapidez, se alargou o “território do historiador” consagrado à África. O colóquio de Dakar, nos princípios dos anos 1960¹, propunha ao historiador um reduzido número de objetos privilegiados: as migrações, o Estado e as trocas. Agora, abordamos um terreno muito mais amplo, onde quase nada escapa à avidez perscrutadora do historiador: ecologia e demografia; técnicas e culturas materiais; economia e relações sociais; culturas, crenças e mentalidades; povoamento e práticas identitárias; articulação de dinâmicas diversas que, durante muito tempo, foram consideradas como exclusivas (a externa e a interna, o global e o local)...

A qual escala convém tratar estes objetos? Uma única, para a África, ou a múltipla, das Áfricas? Diria as duas ao mesmo tempo, uma revelando-se mais pertinente do que a outra conforme as épocas. Se a problemática das “origens”, que participa largamente nos processos identitários e privilegia por isso a “unidade da África Negra” (Cheikh Anta Diop), aparece como uma problemática mais ideológica do que científica, pareceu-me apesar disso necessário (capítulo I) enunciar as apostas e os termos dos debates africanos consagrados às “origens”: origens e antiguidade das civilizações africanas, assim como origens africanas da humanidade e história positiva das primeiras civilizações conhecidas na África. A África é abordada em seguida (capítulos II, V, VII) por ela própria, nas suas realidades e não mais nos mitos que suscitou, de uma maneira simultaneamente sintética e regional, global e local, em torno das questões e dos projetos principais que a historiografia pôs em evidência. “África Negra”, esta África aparece largamente aberta à África mediterrânica e aos dois espaços marítimos – o oceano Índico e o oceano Atlântico – que foram e continuam a ser fronteiras muito permeáveis, portadoras de todas as potencialidades.

A natureza, a importância e os efeitos destas interações nas fronteiras alimentam, na historiografia, assim como na memória dos africanos, um debate de uma gravidade tal que ocupam dois capítulos (III, IV), tão descritivos como polêmicos. Não haverá razão para surpresas perante as diferenças voluntárias e sensíveis entre as maneiras de expor e até dos tons adotados nas diferentes partes do livro: “história-narrativa” e “história-problema”, sobriedade desejada e busca do pormenor, dependem dos tempos e dos problemas em causa. É que, parece-me, no próprio momento em que nasceu o discurso histórico, o historiador nunca se satisfaz em “contar o que fora” (Heródoto): quis, também eu, explicitar aqui o que teria sido errado calar, não só os debates entre especialistas mas também o trabalho constante, sempre visível por mais longe que se volte atrás, da memória coletiva dos africanos sobre o seu próprio passado. Semelhante opção permite salientar aquilo que os infortúnios do tempo presente mostram de maneira ampla, ou seja, que a relativa serenidade

¹ R. Mauny, L.V. Thomas, J. Vansina, *The Historian in Tropical Africa*, Londres Oxford U.P., 1964.

da história erudita não suprime, infelizmente, as derivações passionais das remontagens e dos tráficos sobre a memória e o passado.

A síntese aqui apresentada foi um trabalho de grande fôlego. Falta-me agora cumprir a agradável tarefa de agradecer a todos os que, desta ou daquela maneira, contribuíram para a sua elaboração e afinação. Na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, lugar incomparável de trocas, de partilha e de debates, os investigadores que participavam no meu seminário puderam tomar conhecimento das partes desta obra e ofereceram-me o benefício das suas críticas, sempre fecundas. Aprendi muito com numerosos colegas que estiveram associados de muito perto à maturação deste livro: especialistas da África, em particular Denise Robert (CNRS), Robert Vernet (Universidade de Niamey), Emile Mworoha (Universidade de Bujumbura e ACTT) e Michel Aghassian (EHESS); tal como as “diásporas africanas”, mais particularmente Nilda Anglaril (Centro Argentino da Investigação Científica), Nina S. de Friedmann (Bogotá), Luz Maria Martinez Montiel (México) e Dieudonné Gnamankou (INALCO). A montagem deste volume, como a do volume II, deve muito a Sophie le Callennec cuja amizade soube ser, durante as diferentes etapas deste livro, vigilante e eficaz.

Elikia M'BOKOLO